

ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.

CNPJ/MF Nº 63.432.406/0001-63

NIRE 41300335371

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 23 de fevereiro de 2025, às 09:00 horas, no Município de Wenceslau Braz, Paraná, na Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco “A”, Sala 10, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000.
2. **PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme registro no Livro de Presenças de Acionistas, sendo dispensada a publicação de convocação, conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações (“LSA”), e artigo 11 do Estatuto Social da Companhia.
3. **MESA:** Presidente: Sr. Rodson Luiz Lopes; Secretário: Sr. Renan Rawlyk Lopes.
4. **ORDEM DO DIA:** Esta Assembleia foi convocada para que os acionistas possam deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Aprovação da proposta de aumento do capital social no valor de R\$ 3.981.262,00 (três milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais) passando dos atuais R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 3.982.262,00 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais), mediante a emissão de 3.981.261 (três milhões, novecentos e oitenta e uma mil, duzentos e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação; e (ii) Alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento de capital previsto no item anterior.
5. **DELIBERAÇÕES:** Após os esclarecimentos prestados pelo Presidente, com a apresentação e discussão dos documentos constantes da ordem dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, o seguinte:
 - (i) Aprovar, neste ato, o aumento do capital social no valor de R\$ 3.981.262,00 (três milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais) passando dos atuais R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 3.982.262,00 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais), mediante a emissão de 3.981.262 (Três milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas ao preço de

emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, a serem subscritas e integralizadas na forma do Boletim de Subscrição anexo à presente ata ("Anexo I").

- (ii) Em decorrência da deliberação aprovada acima, aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar com a seguinte nova redação:

"Artigo 5º - O capital social é de R\$ 3.982.262,00 (três milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 3.982.262 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal e com direito a voto."

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e não havendo qualquer outra manifestação, os trabalhos foram encerrados pela Mesa, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade e assinada pelas acionistas presentes.

Wenceslau Braz/PR, 23 de fevereiro de 2026.

Mesa:

Rodson Luiz Lopes (Presidente)

Renan Rawlyk Lopes (Secretário)

Acionistas:

ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA

Rodson Luiz Lopes

TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA

Renan Rawlyk Lopes

Anexo I
À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.
REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2026

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Subscritor	Nº de Ações Subscritas
ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA. , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.489.078/0001-74, com sede na Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco A, s/nº, Distrito Industrial, na Cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, CEP 84.950-000.	1.991.131 (um milhão, novecentos e noventa e um mil, cento e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 1.991.131,00 (um milhão, novecentos e noventa e um mil, cento e trinta e um reais), integralizadas neste ato, em moeda corrente nacional.
TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA. , sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.396.138/0001-14, com sede na Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco C, Distrito Industrial, na Cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, CEP 84.950-000.	1.991.131 (um milhão, novecentos e noventa e um mil, cento e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, perfazendo o montante total de R\$ 1.991.131,00 (um milhão, novecentos e noventa e um mil, cento e trinta e um reais), integralizadas neste ato, em moeda corrente nacional.

ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA

Rodson Luiz Lopes

TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA

Renan Rawlyk Lopes

ANEXO II
ESTATUTO SOCIAL DA ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **ILUMINA FRANCISCO BELTRÃO SPE S.A** (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede, foro e domicílio no Município de Wenceslau Braz, Paraná, situada Rodovia Parigot de Souza KM 254, Bloco “A”, S/N, Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, podendo abrir ou fechar filiais, agências, sucursais, depósitos ou escritórios de representação em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da Diretoria, observadas as restrições legais a respeito.

Artigo 3º - A Companhia tem como objeto o exercício das atividades voltadas para a execução do contrato de parceria público privada firmado no âmbito do Edital de Concorrência 90003/2025, publicado pelo MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, para: “delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de ILUMINAÇÃO PÚBLICA no MUNICÍPIO, incluídos a instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção do conjunto de equipamentos que compõem a infraestrutura da REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, nela incluídos todos os PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA localizados dentro dos limites territoriais do MUNICÍPIO, de acordo com o CONTRATO e seus ANEXOS”.

Artigo 4º - A Companhia iniciará suas atividades após o devido registro, e o seu prazo de duração é de 14 (quatorze) anos, podendo ser prorrogado se assim o for o Contrato de Concessão a que está atrelado, estendendo sua vigência, pelo tempo necessário à liquidação e extinção de todas as obrigações dele decorrentes.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 3.982.262,00 (três milhões, novecentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 3.982.262 (três milhões, novecentos e oitenta e

dois mil, duzentos e sessenta e duas mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal e com direito a voto.”

Artigo 6º - Em caso de um dos acionistas receberem oferta de transferência de ações, o acionista deverá, preliminarmente, após o interesse na venda, oferecer as mesmas condições aos demais acionistas. Estes, por sua vez, terão direito de preferência para adquirir as ações na proporção de sua participação no capital social.

Parágrafo 1º - O prazo para que os acionistas exerçam seu direito de preferência sobre as ações ofertadas é de 30 dias, contados a partir da notificação. Caso haja mais de um acionista interessado, a aquisição das ações será rateada entre eles, proporcionalmente à sua participação no capital social.

Parágrafo 2º - Não sendo exercido o direito de preferência após o prazo de 30 dias, o acionista que deseja realizar a venda, não poderá realizar em condições diferentes à da apresentada ao direito de preferência.

Artigo 7º - Não havendo o direito de preferência, para admissão de um novo sócio, é necessária a aprovação de, no mínimo, a maioria simples dos sócios remanescentes.

Artigo 8º - O Direito de Preferência não será aplicável no caso de transferência de ações de um acionista para uma sociedade da qual tal acionista seja controladora.

Artigo 9º - Fica expressamente proibida a utilização das cotas/ações da sociedade como garantia em qualquer tipo de operação, seja ela civil ou comercial. A alienação das cotas/ações, inclusive para fins de garantia, somente poderá ocorrer mediante a prévia autorização da assembleia geral.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante anúncio publicado, carta com aviso de recebimento ou e-mail com protocolo de recebimento, contendo a indicação das matérias objeto da ordem do dia, data, hora e local de sua realização, podendo ser

realizada de forma semipresenciais ou digitais, sendo para fins legais, o endereço da sede como o da realização.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral será presidida por um Presidente escolhido pelos Acionistas, ao qual é facultado cumular também as funções de secretário, ou indicar, dentre os presentes, alguém para fazê-lo, que será responsável por lavrar a Ata da Assembleia e assiná-la em conjunto com o Presidente.

Parágrafo 3º - Ressalvada as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas presentes. A segunda convocação será enviada com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data da reunião.

Parágrafo 4º - Dispensam-se as formalidades de convocação previstas acima quando todos os Acionistas comparecerem à Assembleia Geral ou expressamente se declararem cientes da ordem do dia, data, hora e local.

Parágrafo 5º - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas em formato presencial, semipresencial ou digital, conforme as regras deste Estatuto. Os acionistas poderão participar e votar remotamente, utilizando plataforma eletrônica fornecida e direcionada pelo presente, na forma do parágrafo primeiro acima, devendo ainda, observar:

- (i) As atas das Assembleias Gerais digitais terão validade legal e serão assinadas eletronicamente;
- (ii) Todos os documentos necessários à participação dos acionistas serão encaminhados, na forma do parágrafo primeiro acima;
- (iii) Todas as assembleias serão gravadas e arquivadas na sede da companhia;
- (iv) As atas podem ser lavradas na forma de certidão, em meio digital, e assinadas eletronicamente com certificado digital ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica.

Artigo 11º - Não obstante outras matérias previstas em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações sobre as seguintes matérias dependerão de aprovação dos Acionistas representando mais de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social:

- (i) Modificação do Estatuto Social;
- (ii) Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- (iii) Eleição e destituição dos Diretores da Companhia;
- (iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;

- (v) Contratação de empréstimos ou qualquer tipo de financiamento ou obrigação financeira ou mútuo entre acionistas com a Companhia na qualidade de devedora ou garantidora, cujo valor ultrapasse a quantia total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (vi) Aprovação para alienação, aquisição ou oneração de bens do ativo permanente, ou a ele destinados, cujo valor individual exceda R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceção feita a oneração que tenha por finalidade a garantia de empréstimos obtidos junto a agências oficiais de financiamento ou instituições financeiras e necessários à execução do projeto objeto do financiamento ou à execução de planos de expansão comprovadamente econômicos e caracterizados como dentro dos objetivos da Companhia;
- (vii) Aprovação para contratação de obras, serviços e outros com terceiros, inclusive acionistas, em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por contrato;
- (viii) Aprovação do orçamento e plano de investimentos anuais; e
- (ix) Propositura de ação administrativa ou judicial em face do Poder Concedente.

Parágrafo 1º - Não poderão ser tratadas em Assembleia Geral as matérias que não estiverem incluídas na convocação, salvo quando sua inclusão para discussão for aprovada pela unanimidade dos Acionistas.

Parágrafo 2º – As deliberações dos Acionistas serão tomadas com base nos quóruns definidos em lei, atribuindo-se a cada Acionista o direito a voto proporcional às suas ações.

Parágrafo 3º – As deliberações tomadas em conformidade com a Lei e o presente Contrato vinculam todos os Acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Parágrafo 4º - As deliberações da Assembleia Geral serão válidas somente se tomadas em conformidade com as disposições da Lei das S.A.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Da Diretoria

Artigo 12º - A Diretoria da Companhia será composta por 2 (dois) membros, acionistas ou não, residentes do Brasil, com mandato unificado de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Vice-presidente.

Parágrafo 1º - A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por Lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Os Diretores são investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro correspondente e permanecem no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos.

Parágrafo 3º - No caso de ausência, renúncia, falecimento ou incapacidade de qualquer Diretor, este deverá ser substituído por outro eleito pela Assembleia Geral.

Artigo 13º - Compete à Diretoria:

- (i) instalar e presidir as reuniões da Diretoria e executar e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria;
- (ii) planejar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Companhia, exercendo as funções executivas e decisórias;
- (iii) representar a Companhia, perante terceiros, e suas sociedades controladas e coligadas bem como perante todas as sociedades em que a Companhia detiver participação societária, observadas as disposições e avenças do Acordos de Acionistas da Companhia;
- (iv) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando suas atividades.

Artigo 14º - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença da totalidade de seus membros.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria que participarem das reuniões por meio de conferência telefônica ou outro sistema de telecomunicação, serão considerados presentes à reunião. Será ainda considerada regular a reunião da qual todos os Diretores tenham participado por meio de conferência telefônica ou outro sistema de comunicação, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do parágrafo terceiro abaixo.

Parágrafo 3º - Os membros da Diretoria poderão votar por e-mail, carta ou telegrama, enviados à Companhia, caberá, neste caso, ao Secretário da reunião lavrar a respectiva ata, à qual o voto será anexado.

Parágrafo 4º - Nas reuniões, a Diretoria delibera por unanimidade de votos, cabendo a cada Diretor um voto.

Parágrafo 5º - As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado.

Artigo 15º - Observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º abaixo, caberá aos Diretores ou aos procuradores por eles constituídos em nome da Companhia, de acordo com este Estatuto Social, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da Companhia, para tanto dispondo eles, entre outros poderes, dos necessários para representar a Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo e fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como perante autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais e entidades privadas.

Parágrafo 1º – A Companhia será representada exclusivamente pelo Diretor Presidente, ou por procurador constituído com poderes específicos, na prática dos seguintes atos:

- (i) assinatura de correspondências e demais expedientes que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos;
- (ii) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha;
- (iii) abertura e encerramento de contas bancárias da Companhia;
- (iv) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, a Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, as Juntas Comerciais Estaduais, o Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza, em atos que não criem obrigações para a Companhia, nem tampouco impliquem em qualquer renúncia a seus direitos.

Parágrafo 2º – Todos os demais atos e operações de administração dos negócios sociais deverão ser obrigatoriamente assinados pelo Diretor Presidente, em nome da Companhia.

Parágrafo 3º – Exceto o previsto no Parágrafo 1º e 2º acima, os seguintes atos dependerão, necessariamente, da assinatura dos 02 (dois) diretores em conjunto ou procurador da Companhia:

- (i) participação da Companhia em consórcios e/ou associações de classe, bem como a determinação de como a Companhia exercerá o direito de voto de que seja titular em associações de classe, inclusive no tocante à sua retirada e com relação à eleição e destituição de administradores de tais entidades;
- (ii) realização de qualquer negócio com Acionistas, administradores da Companhia ou de sócios, cônjuge ou parente até o terceiro grau de qualquer dessas pessoas;
- (iii) ajuizamento de ação, instalação de procedimento arbitral ou de outro procedimento amigável em que a Companhia tenha interesse de agir, confissão, transação, desistência, renúncia ou perdão de qualquer disputa;
- (iv) qualquer adoção, alteração ou extinção de qualquer plano de cargos, salários e benefícios de Diretores, empregados ou executivos da Companhia.

Parágrafo 4º - Aos diretores é vedado fazerem-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhes facultado, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da Companhia, especificados no instrumento de mandato os atos e operações que poderão praticar.

Parágrafo 5º - As procurações outorgadas pela Companhia dar-se-ão pela assinatura conjunta dos 3 (três) Diretores, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado a 02 (dois) anos.

Parágrafo 6º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou procurador devidamente constituído que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais da Companhia, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Companhia, salvo nas situações expressamente previstas no presente Estatuto Social ou mediante autorização expressa dos Acionistas detentores da maioria do capital social votante.

Artigo 16º - A remuneração dos Diretores será determinada pela Assembleia Geral, que pode fixá-la em montante anual ou mensal e global ou individual, obedecido o disposto no *caput* do art. 152 da Lei das S.A., cabendo à Diretoria, em Reunião de Diretoria, promover a distribuição e individualização da remuneração, se fixada em montante global.

Seção II - Do Conselho Fiscal

Artigo 17 ° - A Companhia terá Conselho Fiscal não-permanente, o qual, quando instalado a pedido de Acionistas nos termos da lei, compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e terá as atribuições conferidas na lei, considerando-se ter renunciado ao cargo o Conselheiro que deixar de atender a duas convocações consecutivas.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 18º - O exercício social da Companhia encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, levantando-se nesta data o balanço geral e demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Parágrafo 1º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá levantar balanços patrimoniais e poderá ser determinado o pagamento de dividendos aos Acionistas em períodos menores que o do exercício social, sendo certo que o pagamento de referidos dividendos será computado no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 19º - O lucro líquido do exercício terá a destinação que for deliberada pela Assembleia Geral, observado o disposto na legislação aplicável.

Artigo 20º - A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo certo que todo e qualquer pagamento realizado a título de juros sobre capital próprio, líquido dos tributos de fonte incidentes (imposto de renda retido na fonte), será devidamente descontado dos valores devidos pela Companhia a título de pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO VIII

DOS APORTES

Artigo 21º - Os acionistas da Companhia obrigam-se a realizar aportes financeiros na proporção de suas respectivas participações, em conformidade com o plano de negócios apresentados antes da vitória do certame licitatório que o originou a abertura da presente Sociedade de Propósito Específico, visando a boa execução do Contrato de Concessão.

Parágrafo 1º - Em caso de inadimplência de um sócio, os demais sócios terão o direito de realizar o aporte em seu lugar. Será acrescida de uma multa de 10% sobre o valor do aporte não realizado.

Parágrafo 2º - O valor total do aporte adicional realizado pelo(s) sócio(s) remanescentes, calculado com o acréscimo de um bônus de 10% sobre o valor original do aporte, será utilizado para abater as quotas sociais de cada sócio. Esse abatimento será realizado de maneira proporcional à participação de cada sócio no capital social da empresa, considerando os valores já investidos por cada um e corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Parágrafo 3º - As partes poderão revisar periodicamente o plano de negócios e as necessidades de investimento da sociedade, ajustando as obrigações de aporte dos sócios, tal revisão se dará mediante Assembleia Geral na forma do capítulo III, deste estatuto.

CAPÍTULO IX DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 22º – Observada a legislação aplicável, a Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Parágrafo Único – A retirada, extinção, exclusão, falência ou recuperação judicial de qualquer dos Acionistas não dissolverá a Companhia, que prosseguirá com os remanescentes, observadas as disposições legais aplicáveis, a menos que estes, de comum acordo, resolvam liquidá-la, desde que haja expressa autorização do Poder Concedente.

CAPÍTULO X DA COMARCA

Artigo 23º - Fica eleito o foro da Comarca de Wenceslau Braz, Paraná, para dirimir qualquer controvérsia relativa ao exercício e ao cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 24º – Todos os participantes deverão atender ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”).

Artigo 25º - Os casos omissos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais.
